

- **26/5** - Conselho Deliberativo. **19h**, online.
- **27/5** - **10h**. Assembleia Estadual. Club Municipal **14h** - Ato no Palácio

PRIMEIRA E IMPORTANTE VITÓRIA!

Em audiência com o SEPE, governador anuncia pagamento das parcelas da recomposição salarial

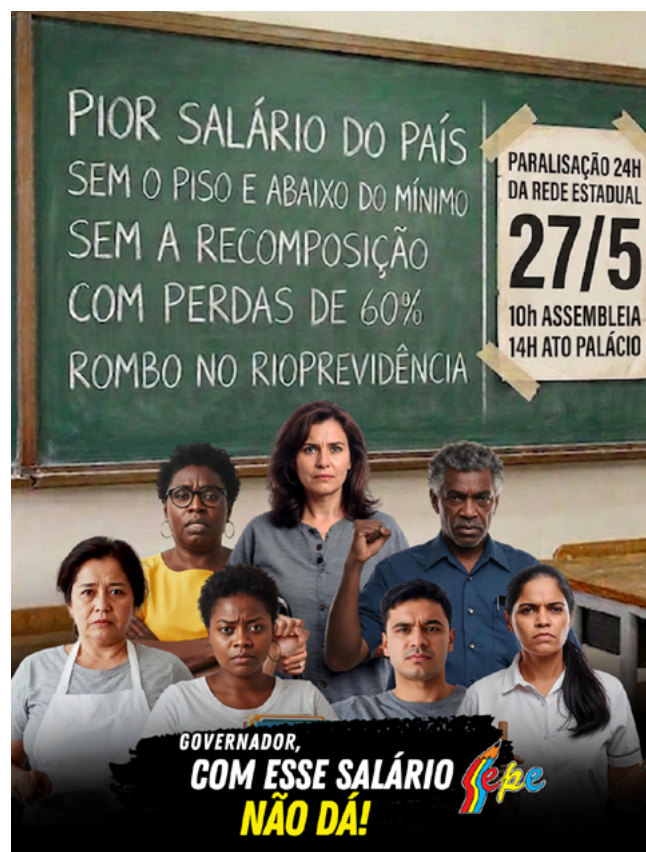


FLAVIA MARQUES/SEPE

MAS AS PERDAS SÃO MUITAS!

No dia 27/5, nova paralisação, com assembleia e ato público

A rede estadual fará nova paralisação de 24 horas na quarta-feira, 27 de maio. Às 10h, será realizada assembleia no Club Municipal, na Tijuca, para discutir os próximos passos da mobilização e avaliar a negociação com o governo, que culminou na recomposição. A partir das 14h, será realizado ato público no Palácio Guanabara. Na véspera, dia 26 de maio, às 19h, será realizado um Conselho Deliberativo da rede estadual, no formato online. ■



Em audiência no TJ, governador anunciou ao Sepe pagamento das duas parcelas da recomposição salarial

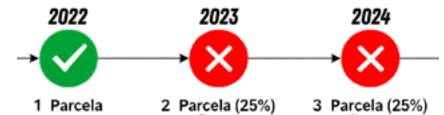
Pagamento dos 11,56%* será parcelado, em agosto e novembro. Recomposição havia sido aprovada pela Alerj em acordo com servidores estaduais, mas descumprido pelo governo

A direção do Sepe participou de audiência no dia 19 de maio com o governador em exercício, Ricardo Couto. O encontro na sede do Tribunal de Justiça (TJRJ) tratou da pauta econômica.

O governador confirmou o pagamento das parcelas do acordo da recomposição salarial do período

de 2017-2021, que estavam pendentes: Segundo Couto, os 11,56%, serão pagos em duas parcelas, nos meses de agosto e novembro. Além do Sepe e do governador, participaram da reunião o secretário de Planejamento, Rafael Ventura Abreu, e o secretário de Fazenda, Guilherme Mercês. ■

O CALOTE DE CLÁUDIO CASTRO



* **ENTENDA** | A Lei previa um total de 26,11% para cobrir perdas entre 2017 e 2021. Mas só 13% foram pagos, em 2022. Como o valor do salário aumentou com essa parcela de 2022, as parcelas seguintes são recalculadas, somando 11,56%, para que o total não exceda os 26,11%

PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS

PERDAS SALARIAIS: O Sepe apresentou as perdas nos últimos anos, que chegam a 60% (*página ao lado*) e o governador afirmou que o estudo de impacto segue sendo produzido.

VENCIMENTO ABAIXO DO MÍNIMO: Também foi lembrada a situação dos profissionais que recebem vencimentos abaixo do mínimo (a maior parte funcionários) sendo que muitos continuariam deste modo mesmo após as duas parcelas da recomposição (veja tabela), o que exige solução urgente.

PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO NA CARREIRA: O governador afirmou que depende da decisão dos ministros do STF no julgamento do Tema 1218 para que seja feito um estudo no estado do Rio de Janeiro para a valorização de todos os profissionais.

ANTECIPAÇÃO DO 13°: Confirmou que 1ª parcela será paga em 29/05.

RIOPREVIDÊNCIA: Couto comprometeu-se a fazer uma análise que permita a não utilização dos royalties para o pagamento de dívidas do Estado. A ideia, segundo ele, é que esse dinheiro seja colocado num fundo previdenciário para impedir riscos futuros ao pagamento dos aposentados. Couto também aventou a hipótese de verificação da possibilidade do retorno do dinheiro aplicado no Banco Master aos cofres do estado.

SERVIDORES EX-FAEP E ANIMADORES CULTURAIS: (leia na página 4).

REAJUSTE DOS VALES TRANSPORTE E REFEIÇÃO: Governo respondeu que não existem estudos a respeito e o tema ficou agendado para a pauta da próxima reunião.

CONCURSADOS DE 2013/2014: Tema da convocação dos aprovados será tratado nas próximas reuniões. ■

PRÓXIMAS REUNIÕES

O governador se comprometeu a receber o Sepe novamente no início de junho. Também foi acertada para o próximo mês agenda com a secretária de Educação, Luciana Calaça, sobre temas da pauta pedagógica e funcional, como a migração dos DOC II e outros pontos pendentes. Os debates serão feitos em conjunto com o governador e sua equipe, como as Secretarias de Fazenda e Planejamento.

Para o Sepe, além dos avanços financeiros, a audiência possibilitou elaborar um planejamento e um calendário regular de encontros com o governador e seu secretariado para que possamos dar conta até o final do ano de várias questões, incluindo temas que não envolvem impacto financeiro.

Todos os estudos sobre a pauta de reivindicações da rede estadual foram entregues ao governo. Nossa intenção é que nenhuma reivindicação seja deixada para trás. ■

Gilmar Mendes pede vistas e interrompe mais uma vez julgamento do piso no STF



ABSURDO! O ministro Gilmar Mendes solicitou vistas no dia 20/5 e interrompeu o julgamento no STF sobre o Tema 1218, que debate a adoção do piso no vencimento inicial da carreira. A votação está novamente paralisada, por até 90 dias. O último pedido de vistas havia sido em dezembro, com a votação sendo retomada em 15 de maio. O julgamento contabilizava três votos, com dois a favor da categoria. O Sepe seguirá pressionando pelo piso na carreira e também para que o Senado aprove o PL 2531, do piso nacional dos funcionários administrativos, com as emendas da CNTE.

Alguns exemplos de como ficaria o vencimento-base após as duas parcelas da recomposição e como seria sem as perdas



Baixe a **cartilha da campanha salarial** e confira simulações salariais de todos os cargos, além da perda do poder de compra, em cestas básicas. Você encontra a cartilha impressa nas sedes de regionais e núcleos do Sepe

	VENCIMENTO-BASE JAN/26 (Em R\$, sem o complemento)	COMO SERIA APÓS AS DUAS PARCELAS DA RECOMPOSIÇÃO	COMO SERIA COM A REPOSIÇÃO TOTAL DA INFLAÇÃO (IPCA - 2014-2026)
PROFESSOR DOCENTE I 18h			
3	1.588,41	1.771,91	2.529,09
4	1.778,98	1.984,53	2.832,57
5	1.992,46	2.222,64	3.172,43
6	2.231,06	2.488,81	3.552,34
7	2.499,36	2.788,10	3.979,52
8	2.799,27	3.122,66	4.457,06
9	3.135,19	3.497,37	4.991,89
PROFESSOR DOCENTE II 22h			
1	1.125,55	1.255,59	1.792,13
2	1.260,61	1.406,25	2.007,17
3	1.411,92	1.575,03	2.248,08
4	1.581,31	1.764,00	2.517,80
5	1.771,08	1.975,68	2.819,94
6	1.983,16	2.212,28	3.157,64
7	2.221,65	2.478,31	3.537,35
8	2.488,24	2.775,70	3.961,83
9	2.786,83	3.108,77	4.437,23
PROFESSOR DOCENTE I 30h			
3	2.647,30	2.953,14	4.215,09
4	2.964,98	3.307,51	4.720,89
5	3.320,78	3.704,41	5.287,40
6	3.718,43	4.148,00	5.920,54
7	4.165,59	4.646,82	6.632,53
8	4.665,47	5.204,45	7.428,44
9	5.225,31	5.828,97	8.319,84
FUNCIONÁRIO NÍVEL SUPERIOR 40h			
I	1.871,48	2.087,69	2.979,81
II	1.732,86	1.933,05	2.759,09
III	1.604,52	1.789,88	2.554,75
FUNCIONÁRIO 2º GRAU 40h			
I	1.485,64	1.657,28	2.365,48
II	1.375,59	1.534,51	2.190,24
III	1.273,72	1.420,87	2.028,04
FUNCIONÁRIO 1º GRAU 40h			
I	1.179,37	1.315,62	1.877,82
II	1.092,00	1.218,17	1.738,72
III	1.011,09	1.127,90	1.609,88
FUNCIONÁRIO NÍVEL ELEMENTAR 40h			
I	936,21	1.044,38	1.490,67
II	866,87	967,03	1.380,26
III	802,65	895,39	1.278,01

FONTES: GESPERJ, Caderno de Remunerações, Janeiro de 2026 (vencimentos básicos) e MEC (piso nacional do magistério).

Atenção: Mesmo com as parcelas da recomposição anunciadas pelo governador, a maioria dos funcionários seguiria com o vencimento-base abaixo do salário-mínimo. Na audiência, o Sepe lembrou que o uso de complemento ou abono para chegar ao valor do mínimo não resolve, pois o valor, por exemplo, não conta para a aposentadoria.

Dieese: para recuperar poder de compra, reajuste precisaria ser de 60,29%

Relatório do Sepe/Dieese atualiza perdas até maio de 2026

A O Dieese/Sepe acaba de divulgar o relatório sobre a evolução salarial dos profissionais da rede estadual referente ao mês de maio/2026. O órgão tomou como marco inicial o poder de compra em 1º de julho de 2014 e comparou com a variação da inflação medida pelo INPC e pelo IPCA, índices do IBGE.

De 1º de julho de 2014 a 30 de abril de 2026 o INPCE e o IPCA apresentaram variação de, respectivamente, 91,01% e 91,90%. Enquanto os salários no mesmo período foram

reajustados em 19,72% (13,05% em fevereiro de 2022, primeira parcela da recomposição e 5,9% em janeiro de 2023). O estudo conclui que, em 30 de abril desse ano, os salários manteriam apenas 62,68% do poder de compra de 1º de julho de 2014, segundo o INPC-IBGE.

Para que eles recuperassem o poder de compra de 1º de julho de 2014, o reajuste necessário sobre os salários de janeiro de 2026 seria de 59,54% pelo INPC-IBGE e de 60,29% de acordo com o IPCA-IBGE. ■

